



Silvério de Paiva Freitas Júnior

Reitor

Ledjane Lima Sobrinho

Vice-Reitora

Tiago de Alencar Viana

Pró-Reitor de Administração / Ordenador de Despesas

Maria Rosangla de Oliveira Pereira

Coordenadora de Contabilidade e Finanças / Gestora Financeira

Carlos Henrique Porfirio da Silva

Contador Responsável – CRC/CE 020619/O-7

Ronivon Henrique de Lima

Contador Responsável Substituto – CRC/CE 022612/O-5

Jonnas Gonçalves Ferreira

Gerente da Divisão de Execução Orçamentária (Empenhos)

Ronivon Henrique de Lima

Gerente da Divisão de Contabilidade (Liquidação/Apropriação)

Wallisson Luiz Guedes Abrahão

Gerente da Divisão de Execução Financeira (Pagamentos)

Jaile Oliveira Silva

Gerente da Divisão de Conformidade de Gestão



1. Estrutura Institucional da Universidade

A Universidade Federal do Cariri – UFCA é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação e sediada na Região Metropolitana do Cariri – RMC, no sul do estado do Ceará. Foi criada pela Lei Federal nº 12.826, de 05 de Junho de 2013 por desmembramento do Campus Cariri da Universidade Federal do Ceará – UFC, que é a instituição tutora durante o processo de implantação da nova universidade. A UFCA já tem unidades instaladas nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, e expansão prevista inicialmente para as cidades de Brejo Santo e Icó.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da UFCA são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. Além das informações constantes nos relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As NBCTSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)



3. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

3.1 Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, ente econômico denominado União, e do qual a UFCA faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra – OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; BO; e DVP.

3.2 Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto na UFCA quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.



3.3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

3.4 Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>)

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos,



autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento". (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>)

3.5 Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

3.6 Critérios e políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da UFCA, e nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

b) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.



c) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

d) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

g) Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).



h) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A Depreciação é a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência ao longo de sua vida útil. A Universidade Federal do Cariri em consonância com o que estabelece o MCASP 7º edição e a Macrofunção SIAFI 02.03.30 utiliza como método para o cálculo dos encargos de depreciação as quotas constantes.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Quando os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

j) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- (a) Orçamentário;
- (b) Financeiro; e
- (c) Patrimonial.

(a) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025

junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

(b) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

(c) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO
SUPERIOR 2025
EXERCÍCIO 2025
PERÍODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 07/10/2025
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	14.547.764,72	11.627.169,91	PASSIVO CIRCULANTE	42.856.166,20	35.883.039,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.869.374,29	9.869.428,58	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	12.779.157,04	7.860.992,00
Créditos a Curto Prazo	210.013,72	1.094.150,60	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	210.013,72	1.094.150,60	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	689.126,11	28.156,06
Demais Créditos e Valores	210.013,72	1.094.150,60	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques a Curto Prazo	380.082,37	395.538,41	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	29.387.883,05	27.993.891,07
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	88.294,34	268.052,32			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	365.187.443,64	366.519.755,18	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	42.856.166,20	35.883.039,13
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2025	2024



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025

Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	364.470.355,68	365.802.667,22	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	14.074.670,70	15.405.033,93	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	40.049.087,73	39.281.841,39	Demais Reservas	330.200.057,68	330.200.057,68
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-25.974.417,03	-23.876.807,46	Resultados Acumulados	6.678.984,48	12.063.828,28
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-5.336.239,64	-1.230.438,01
Bens Imóveis	350.395.684,98	350.397.633,29	Resultados de Exercícios Anteriores	12.063.828,28	13.405.230,56
Bens Imóveis	350.772.387,07	350.647.279,23	Ajustes de Exercícios Anteriores	-48.604,16	-110.964,27
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-376.702,09	-249.645,94	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	336.879.042,16	342.263.885,96
Intangível	717.087,96	717.087,96			
Softwares	717.087,96	717.087,96			
Softwares	717.087,96	717.087,96			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025

(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	379.735.208,36	378.146.925,09	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	379.735.208,36	378.146.925,09

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	13.869.374,29	9.869.428,58	PASSIVO FINANCEIRO	81.315.367,59	20.375.219,39
ATIVO PERMANENTE	365.865.834,07	368.277.496,51	PASSIVO PERMANENTE	22.175.838,22	22.547.653,77
			SALDO PATRIMONIAL	276.244.002,55	335.224.051,93

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		2024
	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	25.069.488,61	15.753.086,21	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	69.541.410,13	51.509.097,01
Atos Potenciais Ativos	25.069.488,61	15.753.086,21	Atos Potenciais Passivos	69.541.410,13	51.509.097,01



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025

Garantias e Contragarantias Recebidas	3.817.593,18	2.561.068,11	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	20.699.771,78	12.814.186,15	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	7.985.108,41	7.985.108,41
Direitos Contratuais	552.123,65	377.831,95	Obrigações Contratuais	61.556.301,72	43.523.988,60
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	25.069.488,61	15.753.086,21	TOTAL	69.541.410,13	51.509.097,01

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFÍCIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados		-66.747.794,39
Recursos Vinculados		-698.198,91
Educação		-0,33
Previdência Social (RPPS)		-918.884,87
Dívida Pública		-180.583,40
Fundos, Órgãos e Programas		401.269,69
TOTAL		-67.445.993,30



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2025
PERÍODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 07/10/2025
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	93.402.923,82	81.394.291,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições		
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	497.897,16	262.212,55
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	497.897,16	262.212,55
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	4,44
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	88.861.031,90	80.378.271,14
Transferências Intragovernamentais	88.761.369,27	80.301.144,28
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios PÚblicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	99.662,63	77.126,86
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.731.911,79	126.242,81
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.731.911,79	126.242,81
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	312.082,97	627.560,34
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	312.082,97	627.560,34



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		98.739.163,46	85.647.531,75
Pessoal e Encargos		72.200.568,36	60.362.679,90
Remuneração a Pessoal		57.598.012,59	47.910.671,20
Encargos Patronais		9.920.009,28	8.419.785,35
Benefícios a Pessoal		4.283.046,49	3.557.988,74
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		399.500,00	474.234,61
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.954.912,29	1.636.356,96
Aposentadorias e Reformas		795.064,30	680.839,49
Pensões		305.971,45	285.538,99
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		853.876,54	669.978,48
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		17.251.706,07	14.471.085,05
Uso de Material de Consumo		618.795,74	506.440,49
Serviços		14.408.244,61	12.179.810,52
Depreciação, Amortização e Exaustão		2.224.665,72	1.784.834,04
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		12,80	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		12,80	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		253.515,31	395.935,23
Transferências Intragovernamentais		233.318,18	376.459,75
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		20.197,13	19.475,48
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		3.234.884,69	5.046.920,92
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		3.234.884,69	5.046.920,92
Desincorporação de Ativos		-	-
Tributárias		277.443,90	254.232,95
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.260,35	4.360,55
Contribuições		275.183,55	249.872,40
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		3.566.120,04	3.480.320,74
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		3.564.060,40	3.479.422,55
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		2.059,64	898,19
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-5.336.239,64	-4.253.240,47

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025

	2025	2024



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2025
PERÍODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 07/10/2025
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	965.464,00	965.464,00	495.145,39	-470.318,61
Receita Tributária				
Impostos	-	-	-	-
Taxes	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	39.895,00	39.895,00	15.952,60	-23.942,40
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	39.895,00	39.895,00	15.952,60	-23.942,40
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	925.569,00	925.569,00	476.723,02	-448.845,98



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025

Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	925.569,00	925.569,00	476.723,02	-448.845,98
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	2.469,77	2.469,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	2.469,77	2.469,77
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	965.464,00	965.464,00	495.145,39	-470.318,61
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	965.464,00	965.464,00	495.145,39	-470.318,61



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025

DÉFICIT				145.735.636,45	145.735.636,45
TOTAL	965.464,00	965.464,00		146.230.781,84	145.265.317,84
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		16.595.185,00			-16.595.185,00
Superávit Financeiro	-	-		-	-
Excesso de Arrecadação	-	-		-	-
Créditos Cancelados	-	16.595.185,00		-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	160.534.545,00	177.596.210,00	145.131.595,01	86.397.894,27	67.277.012,14	32.464.614,99
Pessoal e Encargos Sociais	119.245.753,00	133.912.030,00	116.612.486,30	67.624.981,48	51.002.577,21	17.299.543,70
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	41.288.792,00	43.684.180,00	28.519.108,71	18.772.912,79	16.274.434,93	15.165.071,29
DESPESAS DE CAPITAL	516.480,00	50.000,00	1.099.186,83	115.426,53	108.674,08	-1.049.186,83
Investimentos	516.480,00	50.000,00	1.099.186,83	115.426,53	108.674,08	-1.049.186,83
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	161.051.025,00	177.646.210,00	146.230.781,84	86.513.320,80	67.385.686,22	31.415.428,16
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	161.051.025,00	177.646.210,00	146.230.781,84	86.513.320,80	67.385.686,22	31.415.428,16
TOTAL	161.051.025,00	177.646.210,00	146.230.781,84	86.513.320,80	67.385.686,22	31.415.428,16

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025

	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESAS CORRENTES	592.892,93	5.469.988,93	5.287.932,25	5.258.558,41	145.538,19	658.785,26
Pessoal e Encargos Sociais	5.850,69	102.556,77	17.443,93	17.443,93	85.112,84	5.850,69
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	587.042,24	5.367.432,16	5.270.488,32	5.241.114,48	60.425,35	652.934,57
DESPESAS DE CAPITAL	121.366,40	855.585,77	688.785,02	688.785,02	-	288.167,15
Investimentos	121.366,40	855.585,77	688.785,02	688.785,02	-	288.167,15
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	714.259,33	6.325.574,70	5.976.717,27	5.947.343,43	145.538,19	946.952,41

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	12.707.027,25	12.707.027,25	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	11.202.203,34	11.202.203,34	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.504.823,91	1.504.823,91	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	12.707.027,25	12.707.027,25	-	-



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO
SUPERIOR 2025
EXERCÍCIO 2025
PERÍODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 07/10/2025
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	495.145,39	262.791,13	Despesas Orçamentárias	146.230.781,84	143.562.943,47
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	143.581.569,76	141.748.638,31
Recursos Vinculados	495.158,19	262.791,13	Recursos Vinculados	2.649.212,08	1.814.305,16
Educação	2.469,77	574,14	Previdência Social (RPPS)	2.037.170,08	1.250.000,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Fundos, Órgãos e Programas	612.042,00	564.305,16
Fundos, Órgãos e Programas	492.688,42	262.216,99			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-12,80	-			
Transferências Financeiras Recebidas	88.761.369,27	80.301.144,28	Transferências Financeiras Concedidas	233.318,18	376.459,75
Resultantes da Execução Orçamentária	79.141.758,74	67.560.690,89	Resultantes da Execução Orçamentária	96.000,00	-
Repasso Recebido	79.141.758,74	67.560.690,89	Repasso Concedido	96.000,00	-
Independentes da Execução Orçamentária	9.619.610,53	12.740.453,39	Independentes da Execução Orçamentária	137.318,18	376.459,75
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	5.029.517,11	8.173.054,55	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	849,94	264,84
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.590.093,42	4.567.398,84	Movimento de Saldos Patrimoniais	136.468,24	376.194,91
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	79.914.704,14	85.698.820,93	Pagamentos Extraorçamentários	18.707.173,07	21.218.937,36
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	19.127.634,58	12.560.497,32	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	12.707.027,25	13.020.507,57
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	59.717.461,04	72.743.834,33	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	5.947.343,43	8.180.386,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	947.763,84	18.868,51	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	52.802,39	18.043,51
Outros Recebimentos Extraorçamentários	121.844,68	375.620,77	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025

Arrecadação de Outra Unidade	121.844,68	375.620,77			
Saldo do Exercício Anterior	9.869.428,58	9.182.783,30	Saldo para o Exercício Seguinte	13.869.374,29	10.287.199,06
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.869.428,58	9.182.783,30	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.869.374,29	10.287.199,06
TOTAL	179.040.647,38	175.445.539,64	TOTAL	179.040.647,38	175.445.539,64



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26449 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - AUTARQUIA
ÓRGÃO 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO
SUPERIOR EXERCÍCIO 2025
PERÍODO 2º TRIMESTRE (FECHADO)
EMISSÃO 07/10/2025
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.797.404,81	3.232.033,99
INGRESSOS OPERACIONAIS	90.326.123,18	80.958.424,69
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	15.952,60	19.187,24
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	476.723,02	243.029,75
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	2.469,77	574,14
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	89.830.977,79	80.695.633,56
Ingressos Extraorçamentários	947.763,84	18.868,51
Transferências Financeiras Recebidas	88.761.369,27	80.301.144,28
Arrecadação de Outra Unidade	121.844,68	375.620,77
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-85.528.718,37	-77.726.390,70
Pessoal e Demais Despesas	-77.245.701,69	-68.971.210,62
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-181.932,30	-346.692,64
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.010.390,05	-892.131,75
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-75.507.540,84	-66.846.286,23
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-545.838,50	-886.100,00
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-



Notas Explicativas 2º Trimestre de 2025

Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-7.996.896,11	-8.360.676,82
Intergovernamentais Concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais Concedidas	-7.976.698,98	-8.341.201,34
Outras Transferências Concedidas	-20.197,13	-19.475,48
Outros Desembolsos Operacionais	-286.120,57	-394.503,26
Dispêndios Extraorçamentários	-52.802,39	-18.043,51
Transferências Financeiras Concedidas	-233.318,18	-376.459,75
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-797.459,10	-2.127.618,23
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-797.459,10	-2.127.618,23
Aquisição de Ativo Não Circulante	-787.777,79	-1.714.074,95
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-9.681,31	-413.543,28
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.999.945,71	1.104.415,76
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	9.869.428,58	9.182.783,30
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	13.869.374,29	10.287.199,06